

POLÍTICA CORPORATIVA

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

HABILISYSTEM TECNOLOGIA SOCIEDADE LTDA

CNPJ: 40.213.482/0001-82

ENDEREÇO SEDE: Rua Silva Bueno, nº 599, Conjunto 1212, Sala 504, Ipiranga, São Paulo/SP

VERSÃO: 1.0 (REVISÃO INTEGRAL E CONSOLIDADA)

STATUS: APROVADO PARA VIGÊNCIA IMEDIATA

CLASSIFICAÇÃO: PÚBLICO (INTERNO E EXTERNO)

DATA DE VIGÊNCIA: JANEIRO DE 2026





SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO E COMPROMISSO DE TRANSPARÊNCIA

- 1.1. Introdução e Contexto Regulatório
- 1.2. Objetivo desta Política
- 1.3. Escopo e Abrangência (Titulares Afetados)
- 1.4. Nossos Papéis: Controlador e Operador de Dados

2. TERMOS, DEFINIÇÕES E SIGLAS (GLOSSÁRIO TÉCNICO)

3. DIRETRIZES DE COLETA E TIPOLOGIA DE DADOS

- 3.1. Dados Fornecidos Diretamente pelo Titular
- 3.2. Dados Recebidos de Terceiros (Instituições Financeiras / DETRAN)
- 3.3. Dados Coletados Automaticamente (Cookies e Logs)

4. FINALIDADES E BASES LEGAIS DO TRATAMENTO

- 4.1. Registro de Contratos e Gravames (Obrigação Legal)
- 4.2. Execução Extrajudicial e Sistema Extrajud (Proteção do Crédito)
- 4.3. Segurança, Auditoria e Prevenção à Fraude (Legítimo Interesse)
- 4.4. Cumprimento de Ordens Judiciais

5. COMPARTILHAMENTO E INTEGRAÇÃO DE DADOS

- 5.1. Órgãos Públicos e Reguladores (DETRAN, SENATRAN, COAF)
- 5.2. Parceiros de Infraestrutura Tecnológica (PRODESP e Nuvem)
- 5.3. Proibição Absoluta de Monetização e Venda de Dados

6. ARMAZENAMENTO, CRIPTOGRAFIA E TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL

- 6.1. Local de Armazenamento e Padrões de Criptografia Exigidos



6.2. Regras para Transferência Internacional de Dados

6.3. Medidas Técnicas e Administrativas de Segurança

7. RETENÇÃO, TEMPORALIDADE E TÉRMINO DO TRATAMENTO

7.1. Critérios de Guarda e Prazos Legais

7.2. O Descarte Seguro e Sanitização

8. DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS E SEU EXERCÍCIO

8.1. Acesso, Correção e Confirmação

8.2. Anonimização, Bloqueio ou Eliminação (Limitações no Setor de Registro)

8.3. Portabilidade e Revogação do Consentimento

9. POLÍTICA DE COOKIES E RASTREAMENTO DIGITAL

9.1. O que são Cookies?

9.2. Categorias de Cookies Utilizados

9.3. Gerenciamento de Preferências e Consentimento

10. GOVERNANÇA, PAPEL DO ENCARREGADO (DPO) E GESTÃO DE INCIDENTES

10.1. Atribuições do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO)

10.2. Gestão de Crise e Comunicação de Incidentes de Segurança

11. SANÇÕES DISCIPLINARES, LEGISLAÇÃO E FORO

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

13. REFERÊNCIAS NORMATIVAS

14. ANEXOS

Anexo A – Tabela de Tipos de Dados e Finalidades (Resumo Público)

Anexo B – Tabela de Temporalidade Resumida de Informações

1. APRESENTAÇÃO E COMPROMISSO DE TRANSPARÊNCIA

1.1 Introdução e Contexto Regulatório

A HABILISYSTEM TECNOLOGIA SOCIEDADE LTDA reconhece que a privacidade é um direito fundamental inalienável. No exercício de nossas atividades de registro eletrônico de contratos de financiamento de veículos com cláusula fiduciária e gestão de processos de execução extrajudicial, lidamos continuamente com informações de alta sensibilidade que impactam a vida patrimonial e a segurança jurídica de milhões de brasileiros. A proteção destes dados não é apenas um compromisso ético, mas o alicerce operacional que viabiliza a nossa atuação homologada junto ao Sistema Nacional de Trânsito. Nossa infraestrutura está parametrizada para operar sob os mais rigorosos controles da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 - LGPD), as exigências de rastreabilidade do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), bem como as determinações estritas emanadas pelo CONTRAN, SENATRAN e DETRAN-SP. Ademais, nosso Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI) é desenhado para atuar em plena convergência com os padrões globais exigidos pelas normas ISO/IEC 27001 (Segurança da Informação) e com os requisitos consolidados na ABNT NBR ISO/IEC 27002:2022, a qual reflete o estado da arte na adoção de controles organizacionais, físicos e tecnológicos para a cibersegurança e proteção da privacidade.

1.2. Objetivo da Política

O objetivo central deste documento corporativo é informar e explicar, de forma transparente, objetiva e irrefutável, como a Habilisystem coleta, processa, armazena, compartilha e descarta dados pessoais. Paralelamente, visa informar ao titular de dados quais são os seus direitos legais e expor as robustas barreiras criptográficas e administrativas que a organização aplica para garantir a segurança, a confidencialidade e a integridade do ecossistema tecnológico.

1.3. Escopo e Abrangência (Titulares Afetados)

As diretrizes de privacidade e segurança dispostas neste normativo aplicam-se a:

- **Financiados (Devedores Fiduciantes):** Pessoas físicas e jurídicas que figuram como partes em contratos de financiamento, leasing ou consórcio de veículos

registrados em nossa base, bem como aqueles submetidos aos trâmites de execução extrajudicial.

- **Usuários e Cidadãos:** Visitantes que acessam nossas plataformas digitais, portais B2B e o Portal do Cidadão.
- **Colaboradores, Sócios e Parceiros:** Indivíduos que mantêm vínculo profissional, societário ou de prestação de serviços com a Habilisystem, cujos dados são tratados para fins contratuais e de recursos humanos.

1.4. Nossos Papéis: Controlador e Operador de Dados

A Habilisystem adota postura técnica impecável na segregação de seus papéis legais frente à LGPD:

- **Como Operadora:** Na esmagadora maioria de nossas operações fim (processamento de registros de contratos a pedido de Instituições Financeiras, Consórcios e Credores e operacionalização sistêmica do rito extrajudicial), a Habilisystem atua como Operadora. A Instituição Financeira credora exerce a figura de Controladora, sendo ela a definidora da finalidade do tratamento e do envio do comando operacional. Nestes casos, a Habilisystem processa o dado estritamente segundo as diretrizes legais e o comando do Banco/Credor.
- **Como Controladora:** Assumimos a posição de Controladores quando tratamos dados de nossos próprios colaboradores (RH), quando gerenciamos os dados de navegação de visitantes do nosso site corporativo, ou quando desenhamos e impomos metodologias autônomas de segurança cibernética e prevenção a fraudes sobre a nossa infraestrutura

2. TERMOS, DEFINIÇÕES E SIGLAS (GLOSSÁRIO TÉCNICO)

Para assegurar o perfeito entendimento das disposições desta Política, adotam-se as seguintes definições:

- **ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados):** Órgão da administração pública federal responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD em todo o território nacional.
- **Base Legal:** A fundamentação jurídica estipulada pela LGPD que autoriza e legitima a organização a realizar o tratamento de um dado pessoal (ex: Obrigação Legal, Execução de Contrato, Legítimo Interesse).
- **Dado Pessoal:** Toda e qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável (Ex: Nome, CPF, Placa do Veículo atrelada a um CPF, Chassi, endereço IP, biometria).
- **Encarregado pelo Tratamento de Dados (DPO - Data Protection Officer):** Pessoa física ou jurídica indicada pelo Controlador e Operador para atuar como canal de comunicação oficial entre a Habilisystem, os titulares dos dados e a ANPD, nos moldes da Resolução CD/ANPD nº 18/2024.
- **Extrajud (Registro Nacional de Execução Extrajudicial):** Sistema mantido pela SENATRAN para a padronização e governança dos procedimentos de consolidação e busca e apreensão extrajudicial de veículos, integrado pelas empresas registradoras credenciadas.
- **Incidente de Segurança:** Qualquer evento adverso, confirmado ou sob suspeita, que resulte na destruição, perda, alteração, acesso não autorizado ou vazamento acidental/ilícito de dados pessoais, gerando risco aos titulares.
- **Titular:** A pessoa física a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento (Você).
- **Tratamento:** Toda operação realizada com dados pessoais, englobando a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, modificação, comunicação, transferência ou extração.

3. DIRETRIZES DE COLETA E TIPOLOGIA DE DADOS

O Sistema de Gestão de Privacidade da Habilisystem fundamenta-se no Princípio da Minimização (Art. 6º, III da LGPD). Coletamos restritamente os dados pertinentes e proporcionais necessários ao cumprimento de nossas obrigações delegadas pelo Sistema Nacional de Trânsito.

3.1. Dados Fornecidos Diretamente pelo Titular

A coleta direta ocorre precipuamente quando o cidadão, parceiro ou fornecedor interage de forma ativa com os nossos domínios corporativos:

- **Canais de Atendimento (SAC, Ouvidoria e Canal de Denúncias):** Nome completo, E-mail, Telefone, CPF e os pormenores fáticos do relato ou reclamação.
- **Portal do Cidadão (Autoatendimento Extrajudicial):** CPF/CNPJ, placa do veículo, e dados de contato (celular/e-mail) para submissão de verificação em duas etapas (OTP) garantindo a legitimidade do acesso às guias de pagamento de mora.

3.2. Dados Recebidos de Terceiros (Instituições Financeiras / DETRAN)

O volume crítico de informações em nossa custódia **não é coletado diretamente do titular**, mas transferido de forma criptografada pela Instituição Financeira (Credora) através de APIs, a fim de que a Habilisystem proceda com o registro público obrigatório da garantia:

- **Dados Cadastrais do Devedor:** Nome Completo, CPF/CNPJ, RG/CNH, Endereço de domicílio completo (para efetivação legal de notificações extrajudiciais).
- **Dados Patrimoniais (Garantia Real):** Placa, numeração do Chassi, código RENAVAM, Marca, Modelo, Cor e Ano do veículo financiado.
- **Dados Financeiros e Contratuais:** Número do Contrato Bancário, Montante Total da Dívida, Valor e quantidade das Parcelas, Data de Vencimento, Taxas de Juros aplicadas e Índices de Reajuste.

3.3. Dados Coletados Automaticamente (Cookies e Logs)

Visando resguardar a cibersegurança do ambiente e cumprir normativas de Direito Digital:

7



(11) 2063-5800

Aguardamos seu contato.



www.habilisystem.com.br

contato@abilisystem.com.br

- **Logs de Conexão e Acesso (Auditoria):** Coletamos de forma obrigatória o Endereço IP (Internet Protocol), a porta lógica de origem, a data, hora e o fuso horário (carimbo de tempo) de toda e qualquer conexão realizada em nossos portais B2B e Portal do Cidadão.
- **Dados de Dispositivo e Navegação:** Informações de User-Agent (tipo de navegador e sistema operacional) e Cookies técnicos fundamentais.

4. FINALIDADES E BASES LEGAIS DO TRATAMENTO

A Habilisystem não executa nenhuma espécie de tratamento de dados de forma oculta ou sem o respaldo categórico de uma Base Legal fixada na legislação pátria.

4.1. Registro de Contratos e Gravames (Obrigação Legal)

A efetivação da alienação fiduciária, do arrendamento mercantil ou reserva de domínio no Cadastro Nacional do Veículo exige o envio da cópia do contrato e metadados financeiros à base governamental do DETRAN/BIN.

- **Base Legal:** Cumprimento de Obrigação Legal ou Regulatória (Art. 7º, II da LGPD).
- **Fundamentação Institucional:** Atendimento compulsório ao Art. 129-B do Código de Trânsito Brasileiro e à Portaria Normativa DETRAN-SP nº 41/2025.
- **Nota Técnica:** Por se tratar de imposição legislativa de trânsito, não se faz necessária a requisição do consentimento do titular para o processamento desta rotina sistêmica, sendo incabível o pedido de oposição à sua efetivação.

4.2. Execução Extrajudicial e Sistema Extrajud (Proteção do Crédito)

Nas conjunturas de inadimplência (mora), tratamos o dossiê de dados para engatilhar as notificações expedidas ao devedor, averbar restrições de circulação na base do trânsito, expedir Certidões de Busca e Apreensão e consolidar o trâmite na plataforma nacional (Extrajud).

- **Base Legal primária:** Proteção do Crédito (Art. 7º, X da LGPD) e Exercício Regular de Direitos em Processos (Art. 7º, VI da LGPD).
- **Fundamentação Institucional:** Cumprimento do Marco Legal das Garantias (Lei nº 14.711/2023), que alterou o Decreto-Lei nº 911/1969, e fiel submissão à Resolução CONTRAN nº 1.018/2025.

4.3. Segurança, Auditoria e Prevenção à Fraude (Legítimo Interesse)

Os dados sistêmicos são processados em malhas finas com algoritmos que identificam assimetrias processuais, prevenindo a injeção de "laranjas", fraudes de dupla alienação sobre o mesmo chassi ou ciberataques contra o Data Center.

- **Base Legal:** Legítimo Interesse do Controlador/Operador (Art. 7º, IX da LGPD) e Garantia da Prevenção à Fraude e à Segurança do Titular (Art. 11, II, "g" da LGPD).

4.4. Cumprimento de Ordens Judiciais e Administrativas

Ocasionalmente, o tratamento ou a extração da base de dados pode ser exigido para responder tempestivamente a requisições de Juízes de Direito, Delegados de Polícia ou do Ministério Público em investigações oficiais.

- **Base Legal:** Exercício Regular de Direitos em Processo Judicial, Administrativo ou Arbitral (Art. 7º, VI da LGPD).

5. COMPARTILHAMENTO E INTEGRAÇÃO DE DADOS

A Habilisystem opera sob o princípio da **vedação absoluta da monetização**. Não vendemos, não alugamos, não perfilamos mercadologicamente e não comercializamos bases de dados sob nossa custódia para corretoras de telemarketing, empresas de prospecção ou terceiros desautorizados. O ciclo de compartilhamento é hermético e se dá estritamente nas seguintes vias funcionais:

5.1. Órgãos Públicos e Reguladores

- **DETRANs e PRODESP:** Intercâmbio eletrônico criptografado em tempo real, exigido para a recepção, o apontamento de garantia real e processamentos de baixas nos prontuários veiculares do Estado de São Paulo.
- **SENATRAN e SERPRO:** Comunicação simultânea com a Base Índice Nacional (BIN) e integração irrestrita ao ambiente nacional "Extrajud" para padronização da execução extrajudicial.
- **COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras):** Por força da Lei nº 9.613/1998 e da Lei nº 13.810/2019, as operações com indicativos suspeitos de lavagem de capitais ou financiamento do terrorismo que envolvam bens de alto valor inserem-se em nosso dever de bloqueio e reporte compulsório à unidade de inteligência financeira nacional.

5.2. Parceiros de Infraestrutura Tecnológica e Credores

- **Instituições Financeiras Contratantes:** Realizamos o intercâmbio de devolução dos status das requisições sistêmicas (sucesso, críticas ou rejeições das anotações) ao banco originador do gravame.
- **Provedores de Nuvem (Cloud Computing):** A hospedagem de nossa arquitetura nativa na nuvem e Data Centers ocorre sob a guarda de provedores globais submetidos a contratos de estrita confidencialidade (NDA). Este ambiente é estruturado, garantindo a definição de responsabilidades de cibersegurança compartilhadas com o provedor.

6. ARMAZENAMENTO, CRIPTOGRAFIA E TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL

6.1. Local de Armazenamento e Padrões de Criptografia Exigidos

A infraestrutura tecnológica da Habilisystem atende taxativamente às diretrizes estatais de integridade e segurança de dados do DETRAN-SP. Conforme estipulado nos anexos de exigência da Portaria Normativa nº 41/2025, assumimos a obrigação inegociável de assegurar que toda a massa de dados sensíveis trafegue e permaneça rigorosamente encriptada:

- **Dados em Trânsito:** Toda comunicação com o DETRAN-SP, Credores ou portais web utiliza protocolos de segurança de transmissão de nível superior (não inferiores ao TLS 1.2).
- **Dados em Repouso:** Os acervos arquivados nos bancos de dados da companhia repousam sob algoritmos de criptografia de bloco simétrico de padrão mundial (nível AES-256), obliterando as chances de violação e vazamento útil das informações.

6.2. Regras para Transferência Internacional de Dados

Eventualmente, a utilização de soluções globais de Cloud Computing pode incorrer em transferência de informações para servidores extraterritoriais. Nessas hipóteses, a Habilisystem e seus provedores pautam-se estritamente pela **Resolução CD/ANPD nº 19/2024**. Asseguramos que o envio só transcorre para países que possuam "Decisão de Adequação" validada pela ANPD (como a União Europeia, amparada pela recente **Resolução CD/ANPD nº 32/2026**) ou que o provedor tecnológico destinatário comprove e assine juridicamente as "Cláusulas-Padrão Contratuais" do governo brasileiro.

6.3. Medidas Técnicas e Administrativas de Segurança

Complementarmente, nosso ecossistema implementa rigorosos controles tecnológicos

- **Prevenção de Fuga de Dados (Controle 8.12 - DLP):** Emprego de tecnologias ativas para detecção e bloqueio de extração indevida de grandes volumes de informações dos servidores por indivíduos não autorizados.



- **Controle de Acessos Lógicos (Zero Trust):** Acesso individualizado por MFA (Autenticação Multifator) concedido através de hierarquia de necessidade e princípio do menor privilégio (need to know).
- **Segregação Física e de Redes:** Paredes de proteção (Firewalls), rotinas de detecção de intrusos (IDS/IPS) e monitoramento de superfície contra-ataques cibernéticos 24 horas por dia.



7. RETENÇÃO, TEMPORALIDADE E TÉRMINO DO TRATAMENTO

7.1. Critérios de Guarda e Prazos Legais

Os dados não permanecem conosco de modo vitalício. A governança da organização atrela a manutenção ao preceito da temporalidade necessária às obrigações do setor público:

- **Contratos e Apontamentos Ativos:** Retidos em alta disponibilidade durante toda a vigência da relação creditícia e vida útil do financiamento.
- **Arquivos, Contratos Baixados e Logs do Extrajud (Obrigação do DETRAN-SP):** Cumprindo expressamente a Portaria Normativa DETRAN-SP nº 41/2025 e resoluções conexas, a imagem do contrato, os logs de interação sistêmica e as evidências digitais do processamento de recuperação extrajudicial não podem ser deletados imediatamente. Impõe-se à registradora a guarda probatória pelo lapso mandatório de **5 (cinco) anos**, para salvaguardar o direito do órgão regulador estadual em exercer auditorias retroativas.
- **Guarda de Registros do Marco Civil da Internet:** A Habilisystem, na função de administradora de aplicações de internet (portais B2B, portal do Cidadão e Canal de Denúncias), tem o dever compulsório determinado pelo Artigo 15 da Lei nº 12.965/2014 de promover a guarda estritamente sigilosa dos registros de acesso a aplicação (IP, data e hora) sob ambiente controlado, pelo prazo mínimo impreterível de **6 (seis) meses**.

7.2. O Descarte Seguro e Sanitização

Exauridos os dilatados lapsos de prescrição cível e as imposições de retenção do trânsito estadual, a vida útil do dado cessa. Os lotes documentais e digitais são submetidos a protocolos definitivos de expurgo criptográfico (Sanitização e Wiping) que impossibilitam o resgate mecânico forense, ou sofrem processos radicais de "anonimização" irreversível para aproveitamento genérico de dados puramente estatísticos.

8. DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS E SEU EXERCÍCIO

Em convergência ao Artigo 18 da LGPD e aderindo aos preceitos de Privacidade e proteção de dados pessoais da ISO 27002:2022, a Habilisystem compromete-se a assegurar de forma clara e tempestiva as prerrogativas do cidadão titular:

- **Confirmação e Acesso:** Obter atestado indubitável de que retemos dados de sua titularidade e solicitar cópias informativas destes (ex: acessar os detalhes da dívida pelo Portal do Cidadão).
- **Correção de Dados:** Solicitar o ajuste de informações desatualizadas.
 - *Nota Sistêmica:* Nas atuações fiduciárias, eventuais requerimentos para correções referentes ao cerne do contrato (como alterações de chassi, valores em mora ou identificação de devedor) não podem ser alteradas unilateralmente pela operadora (Habilisystem). O cidadão será formalmente orientado de que esse pleito depende obrigatoriamente de comando prévio e autorização da Instituição Financeira credora.
- **Anonimização, Bloqueio ou Eliminação:** Aplicável à parcela de dados que comprovadamente figurem como desnecessários, excessivos ou ilícitos.
 - *Aviso Relevante:* Não assiste o direito à eliminação precipitada perante registros do banco de dados atrelados a contratos ativos ou históricos estaduais abrigados pelo período compulsório da obrigação legal de guarda (cinco anos), resguardando as bases de Prevenção à Fraude do Estado.
- **Informação sobre Compartilhamento:** Receber a listagem das esferas públicas e parceiros com os quais os dados trafegaram para a consolidação.
- **Canal Oficial para Solicitações:** Todo exercício de direito é gratuito e deve ser direcionado através do Portal de Privacidade web ou contactando formalmente o DPO da Habilisystem. Requisições simplificadas serão atendidas com urgência; as demandas substanciais de revisão serão fundamentadas no prazo normativo legal (até 15 dias corridos).

9. POLÍTICA DE COOKIES E RASTREAMENTO DIGITAL

9.1. O que são Cookies?

São pequenos pacotes de texto e dados remetidos por nossos servidores web e alocados no disco ou navegador do usuário visitante, incumbidos de prover capacidade de memória às plataformas (lembrando senhas ou visualizações prévias) e permitindo o trânsito fluído e ininterrupto nas APIs do Portal de Negócios e Portal do Cidadão.

9.2. Categorias de Cookies Utilizados

O ecossistema digital da Habilisystem implanta categorizações restritas para manter a higiene cibernética:

- **Cookies Estritamente Necessários (Técnicos):** A infraestrutura vital. Sustentam os protocolos de proteção do login, barramentos antibots (como reCAPTCHA contra invasões) e chaves de sessão para o fiduciante no Extrajud. Não podem ser desativados sem comprometer a navegabilidade total do portal.
- **Cookies Analíticos (Desempenho):** Ferramentas que processam de modo anônimo e agregado a quantificação de uso do site (métricas de lentidão nas páginas, cliques e tempos de resposta) balizando reparos dos times de TI, alicerçados no princípio do Legítimo Interesse para a evolução do sistema.
- **Cookies Funcionais:** Arquivos periféricos designados a memorizar customizações e seleções de identidade idiomática escolhidas previamente pelo interlocutor.

9.3. Gerenciamento de Preferências e Consentimento

O respeito à autodeterminação informativa é integral. No acesso originário à extensão (www.habilisystem.com.br), disponibiliza-se um Banner central interativo (CMP - Consent Management Platform), concedendo poder cabal ao navegador para consentir, personalizar ou rechaçar os Cookies não indispensáveis (Analíticos). Opções de revogação desse consentimento figuram na barra de configurações permanentes do site.

10. GOVERNANÇA, PAPEL DO ENCARREGADO (DPO) E GESTÃO DE INCIDENTES

A maturidade do Compliance de Proteção de Dados repousa não em leis abstratas, mas em agentes de resposta nomeados e protocolos ágeis.

10.1. Atribuições do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO)

A alta administração, em cumprimento à **Resolução CD/ANPD nº 18/2024**, publiciza e assegura independência funcional incontestada ao seu Encarregado de Dados Pessoais (DPO). O profissional atua como instância intermediadora soberana prestando as seguintes obrigações institucionais:

- Recepcionar, processar e acatar ativamente todas as petições, comunicações e queixas originadas dos Cidadãos Titulares.
- Funcionar como porta-voz e ponto de ligação compulsório para a recepção de intimações e diretrizes enviadas diretamente pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- Orquestrar a propagação doutrinária da LGPD dentro da organização, fornecendo diretrizes aos colaboradores, parceiros de nuvem e players fiduciários.
- Orientar a construção de Relatórios de Impacto (RIPD) perante o tratamento intensivo no ambiente do Extrajud.

Contato Institucional do DPO:

- **Encarregado (DPO):** [Nomeação Oficial pendente de divulgação estrutural]
- **Caixa de Contato Seguro:** dpo@habilisystem.com.br
- **Endereçamento de Correspondência:** Sede Institucional (A/C Setor de Proteção de Dados).

10.2. Gestão de Crise e Comunicação de Incidentes de Segurança

Conscientes das investidas de vetores cibernéticos contra plataformas com a volumetria da nossa, estruturamos processos cirúrgicos para blindar o credor e o financiado. Em alinhamento severo e compulsório ao exposto na **Resolução CD/ANPD nº 15/2024** (Regulamento de Comunicação de Incidente de Segurança), sobrevivendo vazamentos consumados ou violações a credenciais de sistemas do DETRAN-SP, a Habilisystem ativará o protocolo de Plano de Continuidade e Resposta à Crise. Compromete-se institucionalmente a encaminhar o envio das comunicações de contingência e reporte formal à Autoridade Nacional (ANPD) e aos Titulares impactados com a máxima urgência estipulada em lei (no prazo regulamentar contado a partir do efetivo conhecimento e avaliação pericial primária da violação), visando dirimir agravos substanciais de privacidade.

11. SANÇÕES DISCIPLINARES, LEGISLAÇÃO E FORO

- **Das Sanções por Violação:** O vazamento voluntário de credenciais, o uso de e-mails corporativos para captura clandestina de informações dos financiados, ou a subversão dos bloqueios de infraestrutura tecnológica delineados nesta Política, configuram faltas funcionais de insuportável gravidade. Profissionais submetidos a tal prática responderão aos mecanismos estipulados no Código de Conduta Ética e Compliance, redundando em penalidades gradativas que culminam na interrupção do vínculo contratual sob o pretexto de Demissão por Justa Causa, com representação imediata perante as esferas penais (Crimes Cibernéticos - Lei Carolina Dieckmann) e ações judiciais por perdas e danos.
- **Regência e Foro de Interpretação:** As lides advindas da aplicabilidade documental pautam-se, interpretam-se e governam-se pelo arcabouço exclusivo contido nas matrizes das Leis da República Federativa do Brasil, preeminentemente na base legal da Lei nº 13.709/2018 (LGPD). Elegem as partes fiduciantes e os representantes sociais competentes o Foro central da Comarca do Município de São Paulo / SP para dissipar discordâncias litigiosas, excluindo eventuais distritos independentemente da superioridade de seus foros.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

Este instrumento reflete as ambições estritas da diretoria executiva da Habilisystem com a maturidade de cibersegurança do mercado. Aa organização preserva integralmente as faculdades para rever, auditar e modificar os entendimentos da presente Política Corporativa de forma proativa.

O texto adequar-se-á a mutações nos entendimentos vinculantes do cenário das tecnologias e as edições de normativas publicadas pela ANPD ou novas imposições dos gabinetes da SENATRAN/DETRAN. As formatações vigoram instantaneamente a partir da fixação ostensiva da nova redação perante o portal oficial público e intramuros, incentivando-se o retorno pontual das matrizes interessadas.

São Paulo, janeiro de 2026.

Diretoria Executiva
Habilisystem Tecnologia Sociedade Ltda.

13. REFERÊNCIAS NORMATIVAS

A engenharia processual e o esqueleto balizador desta regulamentação estão amparados de forma peremptória nos compêndios constitucionais, leis e normativas técnicas vigentes a seguir expostos:

- ✓ **Lei nº 14.457, de 21 de setembro de 2022** – Programa Emprega + Mulheres (Prevenção e Combate ao Assédio).
- ✓ **Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013** – Lei Anticorrupção Brasileira.
- ✓ **Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (com as alterações dadas pelas Leis nº 12.683/2012 e 14.478/2022)** – Dispõe sobre os crimes de lavagem de dinheiro, a adoção de mecanismos de controle prévio, deveres de compliance e estabelece o rigor nas penalidades administrativas para setores obrigados.
- ✓ **Lei nº 13.974, de 7 de janeiro de 2020** – Reestrutura e regulamenta a governança e autonomia do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).
- ✓ **Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016** – Lei Antiterrorismo, que estabelece disposições legais para prevenir e combater o seu financiamento.
- ✓ **Lei nº 13.810, de 8 de março de 2019** – Dispõe sobre o cumprimento obrigatório e imediato de sanções estabelecidas pelo Conselho de Segurança da ONU, determinando a indisponibilidade e o bloqueio cautelar de ativos de investigados por atividades terroristas.
- ✓ **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018** – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- ✓ **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943** – Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- ✓ **Portaria Normativa DETRAN-SP nº 41, de 15 de abril de 2025** – Regulamenta o credenciamento de empresas especializadas para registro de contratos de financiamento com garantia real de veículos.



- ✓ **Resolução CONTRAN nº 1.018, de 20 de janeiro de 2025** - Dispõe sobre as operações e os procedimentos de execução extrajudicial de veículos automotores com contratos de alienação fiduciária.
- ✓ **ABNT NBR ISO 37002:2021** – Sistemas de Gestão de Denúncias (Whistleblowing).
- ✓ **ABNT NBR ISO/IEC 27001:2022** – Sistemas de Gestão da Segurança da Informação.
- ✓ **Política Corporativa** – Código de Conduta, Ética e Compliance.





13. ANEXOS

Anexo A – Tabela de Tipos de Dados e Finalidades (Resumo Público)

Categoria de Dado Tratado	Exemplos Práticos das Informações	Finalidade Principal do Tratamento no Sistema	Base Legal Primária (LGPD)
Identificação Institucional e Civil	Nome completo, CPF, CNPJ, RG, CNH, Passaporte.	Identificar fidedignamente o credor e o devedor fiduciante para o apontamento do gravame estadual e extração do Extrajud.	Art. 7º, II (Obrigação Legal e Regulatória).
Localização e Contato	Endereço residencial/comercial, E-mail, Telefone/Celular.	Comunicação de fluxos, validações OTP sistêmicas, e Notificação Extrajudicial de mora no âmbito de retomada de veículo.	Art. 7º, V e VI (Execução de Contrato e Exercício Regular de Direitos).
Restrição Patrimonial / Veicular	Placa original/Mercosul, Chassi, código RENAVAM,	Delimitar com exatidão matemática o objeto fiduciário da garantia de	Art. 7º, II e X (Obrigação Legal e Proteção de Crédito).





Categoria de Dado Tratado	Exemplos Práticos das Informações	Finalidade Principal do Tratamento no Sistema	Base Legal Primária (LGPD)
	metadados fotográficos.	mercado e atestar busca e apreensão.	
Histórico e Volume Financeiro	Valor integral da Dívida, Número do Contrato Bancário, Extratos de Parcelas em atraso e Encargos moratórios.	Constituição da garantia financeira perante o Trânsito; Emissão do Kit Extrajudicial para purgação da mora pelo Cidadão.	Art. 7º, X (Proteção do Crédito).
Digitais / Tecnológicos (Auditoria)	Protocolos numéricos de acesso (IP), Logs de portal, Device IDs, Geo-localização no Termo de Entrega.	Segurança ostensiva contra vazamentos, auditorias requisitadas em credenciamento DETRAN, e cumprimento do Marco Civil.	Art. 7º, II e IX (Obrigação Legal e Legítimo Interesse do Controlador).



Anexo B – Tabela de Temporalidade Resumida de Informações

Espécie Documental ou Registro de Dado	Lapso (Prazo) Prescricional de Retenção	Marco Inicial de Contagem do Tempo	Fundamentação ou Instrumento Legal Regulatório
Contratos de Garantia Real e Apontamentos Eletrônicos Ativos	Retenção Contínua enquanto vigente a relação contratual e a restrição.	Data da recepção do apontamento eletrônico na plataforma Habilisystem.	Portarias do DETRAN-SP e Resolução CONTRAN nº 807/2020.
Imagens Digitalizadas, Logs e Acervos de Contratos Baixados (Encerrados) e Documentos do Extrajud	Guarda ininterrupta pelo prazo imposto de 05 (cinco) anos.	Contados imediatamente após a ocorrência da baixa oficial do gravame ou do encerramento extrajudicial.	Portaria Normativa DETRAN-SP nº 41/2025 (Fins de auditoria retroativa estatal).
Registros e Logs de Acesso a Aplicações Web (Portal de Negócios / Portal Cidadão / Canais Éticos)	Guarda obrigatória por período não inferior a 06 (seis) meses.	Contados a partir da data de cada conexão pontual e isolada na plataforma de hospedagem.	Art. 15 da Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet).

Espécie Documental ou Registro de Dado	Lapso (Prazo) Prescricional de Retenção	Marco Inicial de Contagem do Tempo	Fundamentação ou Instrumento Legal Regulatório
Dossiês de Processos Trabalhistas, Apurações Éticas ou Denúncias Comprovadas	Guarda até exaustão dos prazos prescricionais legais, podendo se estender em média 05 a 10 anos ou permanentemente.	Fim do vínculo contratual ou do momento em que for deliberada a punição com repercussão legal.	Art. 7º, VI da LGPD (Defesa do Exercício Regular de Direito) e prescrição do Art. 25, Lei Anticorrupção (nº 12.846/13).
Meros Relatos ou Denúncias Improcedentes e Inconsistentes	Eliminação imediata ou até 05 (cinco) anos caso mantidos estritamente sob anonimização técnica irrevogável.	Data de conclusão e assinatura oficial do Relatório de Apuração atestando a improcedência.	Adequação ao Princípio de Minimização (LGPD) e rotinas estatísticas de Legítimo Interesse.